

Concessionária de
Rodovia Sul
Matogrossense S.A.

**Informações Trimestrais (ITR)
em 30 de setembro de 2021**



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de Informações Trimestrais (ITR)

Aos Acionistas, Conselheiros e aos Administradores da
Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.
Campo Grande - MS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021, as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Chamamos a atenção para nota explicativa nº 1.2, subitem i e ii, às informações contábeis intermediárias, que descreve que após não ter obtido sucesso nas tratativas com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para a revisão das condições do contrato de concessão, a Companhia ingressou em maio de 2018 com demanda judicial requerendo que seja, preliminarmente, autorizada a suspensão de suas obrigações contratuais de investimentos, que nenhuma penalidade seja imputada à Companhia pela ANTT e, que a ANTT seja condenada a revisar o Contrato de Concessão, ou na inadmissibilidade de tal revisão, que o contrato seja rescindido. A ação judicial está consubstanciada no entendimento da Administração de que houve modificação substancial das bases da contratação, que impedem a Companhia a dar a continuidade nos serviços nos moldes originalmente contratados. Até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável. Em 20 de dezembro de 2019, a Companhia endereçou requerimento junto à ANTT, manifestando a intenção de aderir ao processo de relicitação, previsto pela Lei 13.448/17. Em 10 de junho de 2021, foi celebrado o 1º Termo Aditivo ao contrato de concessão e espera-se que o processo de relicitação seja concluído dentro do prazo de 24 meses, conforme previsto na lei nº 13.448/2017. Nossa opinião não está ressalvada em relação esse assunto.

Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 11 de novembro de 2021

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Wagner Bottino
Contador CRC 1SP196907/O-7

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	10
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	17
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	36
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	38
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	39
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidade)	Trimestre Atual 30/09/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	916.000.000
Preferenciais	0
Total	916.000.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	1.641.682	1.719.900
1.01	Ativo Circulante	72.828	87.698
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	47.283	54.052
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	15.920
1.01.03	Contas a Receber	21.352	15.306
1.01.03.01	Clientes	21.352	15.306
1.01.03.01.01	Contas a Receber de Clientes	21.351	15.283
1.01.03.01.02	Contas a Receber de Partes Relacionadas	1	23
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.317	753
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.445	1.333
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	431	334
1.01.08.03	Outros	431	334
1.01.08.03.02	Outros Créditos	431	334
1.02	Ativo Não Circulante	1.568.854	1.632.202
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	27.621	25.790
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	26.036	25.474
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.585	316
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais e Outros	1.560	298
1.02.01.10.04	Tributos a Recuperar	25	18
1.02.03	Imobilizado	56.058	72.405
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	56.058	72.103
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	0	302
1.02.04	Intangível	1.485.175	1.534.007
1.02.04.01	Intangíveis	1.485.175	1.534.007
1.02.04.01.02	Intangível	1.482.733	1.359.992
1.02.04.01.03	Intangível em Construção	2.214	173.892
1.02.04.01.04	Intangível em Andamento	228	123

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	1.641.682	1.719.900
2.01	Passivo Circulante	89.766	141.735
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	9.492	6.513
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.034	988
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	8.458	5.525
2.01.02	Fornecedores	23.908	22.262
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	23.908	22.237
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	0	25
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.255	4.439
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.185	2.576
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.197	1.611
2.01.03.01.02	Obrigações Parceladas	988	965
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.070	1.863
2.01.03.03.01	ISS a Recolher	2.070	1.863
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	48.614	48.701
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	48.614	48.701
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	48.614	48.701
2.01.05	Outras Obrigações	3.497	2.248
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	839	905
2.01.05.02	Outros	2.658	1.343
2.01.05.02.05	Outras Obrigações com o Poder Concedente	975	908
2.01.05.02.07	Outras Obrigações	1.683	435
2.01.06	Provisões	0	57.572
2.01.06.02	Outras Provisões	0	57.572
2.01.06.02.04	Provisão de Manutenção	0	57.572
2.02	Passivo Não Circulante	955.279	979.212
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	775.512	810.237
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	775.512	810.237
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	775.512	810.237
2.02.02	Outras Obrigações	1	49
2.02.02.02	Outros	1	49
2.02.02.02.03	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	1	49
2.02.03	Tributos Diferidos	1.861	4.177
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.861	4.177
2.02.04	Provisões	177.905	164.749
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	176.464	136.034
2.02.04.02	Outras Provisões	1.441	28.715
2.02.04.02.04	Provisão de Manutenção	0	26.585
2.02.04.02.05	Obrigações parceladas	1.441	2.130
2.03	Patrimônio Líquido	596.637	598.953
2.03.01	Capital Social Realizado	916.000	916.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-319.363	-317.047

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	43.804	182.194	85.671	225.825
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-75.656	-95.937	-80.007	-219.307
3.02.01	Custo de Construção	-1.897	-7.115	-9.612	-24.693
3.02.02	Serviços	-40.034	-76.714	-22.433	-59.066
3.02.03	Custos Contratuais	-3.601	-11.305	-3.806	-11.362
3.02.04	Depreciação e Amortização	-12.411	-35.538	-12.003	-34.682
3.02.05	Custo com Pessoal	-9.116	-25.413	-9.457	-26.095
3.02.06	Provisão de manutenção	0	85.360	-15.701	-43.915
3.02.07	Materiais, equipamentos e veículos	-7.387	-21.311	-6.115	-16.850
3.02.08	Outros	-1.210	-3.901	-880	-2.644
3.03	Resultado Bruto	-31.852	86.257	5.664	6.518
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	29.317	-40.205	-12.063	-31.168
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	29.430	-39.586	-12.317	-32.155
3.04.02.01	Serviços	-3.969	-11.702	-3.708	-10.947
3.04.02.02	Depreciação e Amortização	-1.963	-6.099	-2.303	-6.459
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-2.205	-5.838	-2.259	-5.364
3.04.02.04	Materiais, Equipamentos e Veículos	-126	-375	-184	-737
3.04.02.05	Provisão para Perdas Esperadas - Contas a Receber	2	35	0	1.307
3.04.02.06	Outros	-893	-4.136	-346	-2.788
3.04.02.07	Provisão para riscos Cíveis, Trabalhistas, Tributários e Previdenciários	-5.322	-40.430	263	-1.455
3.04.02.08	Impostos, Taxas e Despesas com Cartório	-4	-197	-974	-2.089
3.04.02.09	Despesas, Provisões e Multas Indedutíveis	0	-18	-2.387	-2.387
3.04.02.10	Campanhas e Eventos Promocionais	-382	-693	-197	-550
3.04.02.11	Água, Luz, Telefone, Internet e Gás	-243	-697	-222	-686
3.04.02.12	Estimativa de perda Lei 13.448/17	44.535	30.564	0	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	61	645	272	1.013
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-174	-1.264	-18	-26
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-2.535	46.052	-6.399	-24.650

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.06	Resultado Financeiro	-20.803	-50.684	-18.141	-52.372
3.06.01	Receitas Financeiras	728	1.589	522	1.930
3.06.02	Despesas Financeiras	-21.531	-52.273	-18.663	-54.302
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-23.338	-4.632	-24.540	-77.022
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	314	2.316	627	8.176
3.08.02	Diferido	314	2.316	627	8.176
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-23.024	-2.316	-23.913	-68.846
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-23.024	-2.316	-23.913	-68.846
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,02514	-0,00253	-0,02611	-0,07516
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,02514	-0,00253	-0,02611	-0,07516

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	-23.024	-2.316	-23.913	-68.846
4.03	Resultado Abrangente do Período	-23.024	-2.316	-23.913	-68.846

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.870	65.784
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	9.951	64.477
6.01.01.01	Prejuízo Líquido do Período	-2.316	-68.846
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-2.316	-8.176
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	41.637	41.137
6.01.01.04	Baixa do Ativo Imobilizado e Intangível	1.268	26
6.01.01.05	Juros e Variação Monetária sobre Financiamentos	42.800	45.537
6.01.01.06	Provisão para perdas MSVia (adesão à Lei 13.448/17)	-30.564	0
6.01.01.11	Juros sobre obrigações parceladas	69	25
6.01.01.12	(Reversão) Constituição da Provisão de Manutenção	-85.360	43.915
6.01.01.13	Ajuste a Valor Presente Provisão Manutenção	2.204	8.453
6.01.01.14	Costituição e reversão da Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Previdenciários	27.230	2.372
6.01.01.15	Provisão para Perda Esperada - Contas a Receber	-35	-33
6.01.01.17	Variações Cambiais sobre Fornecedores Estrangeiros	-2	-53
6.01.01.18	Atualização Monetária sobre Riscos Cíveis, Trabalhistas e Previdenciários	15.336	116
6.01.01.20	Depreciação - Arrendamento Mercantil	0	4
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-7.081	1.307
6.01.02.01	Contas a Receber	-6.033	-3.579
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	22	31
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-570	-403
6.01.02.06	Adiantamento a Fornecedores	0	-490
6.01.02.07	Despesas Antecipadas e Outros Créditos	-2.471	-1.384
6.01.02.08	Fornecedores	1.870	2.035
6.01.02.09	Fornecedores - Partes Relacionadas	-66	-15
6.01.02.10	Impostos e Contribuições a Recolher e Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	-693	4.078
6.01.02.11	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-249	0
6.01.02.12	Realização da Provisão de Manutenção	-1.001	0
6.01.02.13	Outras Obrigações com o Poder Concedente	67	0
6.01.02.14	Pagamento de Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Previdenciários	-2.136	-1.033
6.01.02.15	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.931	228
6.01.02.16	Outras Contas a Pagar	1.248	1.839
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	67.973	-49.135
6.02.01	Aquisição de Ativo Imobilizado	-5.052	-1.345
6.02.02	Adições de Ativo Intangível	-7.223	-18.093
6.02.03	Resgates / Aplicações na Conta Reserva	-562	0
6.02.04	Outros de Ativo Imobilizado e Intangível	64.890	278
6.02.10	Aplicações financeiras líquidas de resgates	15.920	-29.975
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-77.612	13.657
6.03.01	Integralização de Capital	0	45.000
6.03.03	Financiamentos - Pagamentos de Principal	-35.826	-14.985
6.03.04	Financiamentos - Pagamentos de Juros	-41.786	-19.977
6.03.05	Aplicações / Resgates na Conta Reserva	0	3.623
6.03.06	Arrendamento Mercantil - Pagamento de principal	0	-4

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-6.769	30.306
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	54.052	11.765
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	47.283	42.071

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	916.000	0	0	-317.047	0	598.953
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	916.000	0	0	-317.047	0	598.953
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-2.316	0	-2.316
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-2.316	0	-2.316
5.07	Saldos Finais	916.000	0	0	-319.363	0	596.637

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	871.000	0	31.765	0	0	902.765
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	871.000	0	31.765	0	0	902.765
5.04	Transações de Capital com os Sócios	45.000	0	0	0	0	45.000
5.04.01	Aumentos de Capital	45.000	0	0	0	0	45.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-68.846	0	-68.846
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-68.846	0	-68.846
5.07	Saldos Finais	916.000	0	31.765	-68.846	0	878.919

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
7.01	Receitas	260.312	246.233
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	260.277	244.926
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	35	1.307
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-120.987	-178.846
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-112.029	-88.586
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-87.203	-21.652
7.02.04	Outros	78.245	-68.608
7.02.04.01	Custo de Construção	-7.115	-24.693
7.02.04.02	Provisão de Manutenção	85.360	-43.915
7.03	Valor Adicionado Bruto	139.325	67.387
7.04	Retenções	-41.637	-41.141
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-41.637	-41.141
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	97.688	26.246
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.589	1.930
7.06.02	Receitas Financeiras	1.589	1.930
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	99.277	28.176
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	99.277	28.176
7.08.01	Pessoal	27.352	27.662
7.08.01.01	Remuneração Direta	18.617	19.055
7.08.01.02	Benefícios	7.013	6.976
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.189	1.149
7.08.01.04	Outros	533	482
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	21.583	14.546
7.08.02.01	Federais	8.705	3.369
7.08.02.02	Estaduais	191	163
7.08.02.03	Municipais	12.687	11.014
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	52.658	54.814
7.08.03.01	Juros	52.261	54.599
7.08.03.02	Aluguéis	397	215
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-2.316	-68.846
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-2.316	-68.846

Comentário do Desempenho

1. ANÁLISE DE DESEMPENHO OPERACIONAL MSVIA

Julho a Setembro/2021

A MSVia (“CCR MSVia” ou “Companhia” ou “Concessionária”) é uma sociedade por ações controlada pela CCR S.A. (“CCR”), a qual detém, direta e indiretamente, 100% do capital social da Companhia.

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), incluem também as disposições da Lei nº 6.404/1976 e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis para a apresentação das informações financeiras intermediárias e as comparações são referentes ao 3T2021.

1.1 - Principais destaques

Após a qualificação da Companhia no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República – PPI para fins de relicitação, em 10/06/2021 foi celebrado a assinatura do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da Companhia, firmado entre a União Federal, por intermédio da ANTT.

O presente Termo tem por objetivo estabelecer as condições de prestação dos serviços de manutenção, conservação, operação, monitoração e execução dos investimentos essenciais contemplados no Contrato Originário, as responsabilidades durante o período de transição e transferência da Concessão a serem observadas durante a sua vigência a fim de garantir a continuidade e a segurança dos serviços essenciais relacionados ao Empreendimento. A Companhia também continuou executando obras na BR-163/MS, autorizadas pela Licença de Operação nº 1.508/2019.

1.2 - Análise do demonstrativo de resultado trimestral

Receita bruta operacional

Receita bruta [R\$ mil]	3ºT21	3ºT20	Var. %
Receita de pedágio	97.257	81.387	19,5%
Receitas acessórias	1.950	1.892	3,1%
Receita de construção	1.897	9.612	-80,3%
Receita bruta total	101.104	92.891	8,8%
Deduções	(57.300)	(7.220)	693,6%
Receita líquida total	43.804	85.671	-48,9%

Receita de pedágio: A receita aumentou 19,5% no 3T21 com relação ao 3T20 devido ao crescimento na movimentação da 2ª safra de soja e milho, além do alta na movimentação de fertilizantes, para plantio da nova safra de soja.

Receitas acessórias: O aumento de 3,1% no 3T21 em comparação com o 3T20 é devido ao reajuste anual dos contratos de utilização da faixa de domínio, redes de telefonia, fibra óptica, água, esgoto e energia elétrica.

Comentário do Desempenho

Receita de construção: No 3T20 foram realizadas obras de recuperação de pavimento. No 3T21 houve somente atendimento das demandas em função das solicitações da ANTT.

Deduções: Aumento de 693,6% no 3T21 em comparação com o 3T20, devido a contabilização do excedente tarifário iniciada após a assinatura do Termo Aditivo em junho de 2021. Conforme previsto na subcláusula 5.4 do 1º Termo Aditivo, o valor excedente de receita tarifária refere-se ao obtido a partir da diferença entre as tarifas previstas nas subcláusulas 5.1 (valores das Tarifas de Pedágio) e 5.2 (Tarifas Calculadas), reajustadas a partir da data de celebração do Termo Aditivo até o pagamento da indenização, passando a ser apropriado a partir da assinatura do presente Termo.

Custos e despesas totais

Indicadores [R\$ mil]	3ºT21	3ºT20	Var.%
Custo de construção	1.897	9.612	-80,3%
Provisão de manutenção	-	15.701	-100,0%
Depreciação e amortização	14.374	14.306	0,5%
Custos contratuais	3.601	3.806	-5,4%
Serviços de terceiros	44.003	26.141	68,3%
Custo com pessoal	11.321	11.716	-3,4%
Materiais, gastos gerais e outros	15.565	11.042	40,9%
Provisão para perdas MSVia (adesão à Lei 13.448/17)	(44.535)	-	100,0%
Custos e despesas totais	46.226	92.325	-49,9%

Os custos e as despesas totais reduziram 49,9% no 3T21 em relação ao 3T20, principalmente em função do cálculo da estimativa dos valores indenizáveis dos ativos não depreciados/amortizados que conforme a resolução ANTT 5860/2019 em seu Art. 12 menciona que “Os valores dos bens indenizáveis serão reajustados pelo IPCA, a partir da data em que o ativo estiver disponível para uso, até a data da extinção antecipada do contrato de concessão”.

Custo de construção: Redução de 80,3% dos investimentos, pois no 3T20 foram realizadas obras de recuperação de pavimento, enquanto no 3T21 houve somente atendimento das demandas em função das solicitações da ANTT.

Provisão de manutenção: Devido a assinatura do 1º Termo Aditivo do Contrato de Concessão não existe expectativa de realização de provisão.

Depreciação e amortização: No 3T21 ocorreram as amortizações dos investimentos realizados de 2017 a 2021, tais como: trechos da duplicação, implantação de fibra óptica e equipamentos de monitoração da rodovia, o que causou aumento de 0,5% em depreciação e amortização.

Custos contratuais: Referem-se à verba contratual de Fiscalização (paga à ANTT) e à verba destinada ao aparelhamento da Polícia Rodoviária Federal (PRF). Além disso, fazem parte todos os seguros previstos no Contrato de Concessão, dentre os quais o do patrimônio existente (*All Risks*), o das novas obras (riscos de engenharia), bem como responsabilidade civil e seguro garantia.

Serviços de terceiros: Este grupo se refere aos itens de prestadores de serviços, tiveram aumento de 68,3% em função dos reajustes contratuais de empresas prestadoras de serviços, recuperação de obras de artes especiais e manutenção de equipes para atendimento das solicitações da ANTT.

Custos com pessoal: Os custos com pessoal sofreram redução de 3,4% no 3T21 em relação ao 3T20, devido à revisão da curva da provisão do PPR/PGLP.

Comentário do Desempenho

Materiais, gastos gerais e outros: Aumento de 40,9% principalmente em função dos reajustes dos valores do CAP (Cimento Asfáltico de Petróleo) e combustíveis.

Provisão para perdas MSVia (adesão à Lei 13.448/17): Realização do cálculo de Provisão de Perdas em 2021 devido assinatura do termo aditivo, estimando os valores indenizáveis dos ativos não depreciados/amortizados conforme a resolução ANTT 5860/2019 em seu Art 12 que menciona “Os valores dos bens indenizáveis serão reajustados pelo IPCA, a partir da data em que o ativo estiver disponível para uso, até a data da extinção antecipada do contrato de concessão”.

EBITDA e EBIT

Reconciliação EBITDA [R\$ mil]	3ºT21	3ºT20	Var.%
Prejuízo Líquido	(23.024)	(23.913)	-3,7%
(+) IR/CS	(314)	(627)	-49,9%
(+) Resultado Financeiro	20.803	18.141	14,7%
(+) Depreciação e amortização	14.374	14.306	0,5%
EBITDA (a)	11.839	7.907	49,7%
<i>Margem EBITDA (a)</i>	<i>27,03%</i>	<i>9,23%</i>	<i>18 p.p.</i>

Reconciliação EBIT [R\$ mil]	3ºT21	3ºT20	Var.%
Prejuízo Líquido	(23.024)	(23.913)	-3,7%
(+) IR/CS	(314)	(627)	-49,9%
(+) Resultado financeiro	20.803	18.141	14,7%
EBIT (a)	(2.535)	(6.399)	-60,4%
<i>Margem EBIT (a)</i>	<i>-5,79%</i>	<i>-7,47%</i>	<i>-2 p.p.</i>

(a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM n°. 527/2012.

Resultado financeiro líquido

	3ºT21	3ºT20	Var. %
Despesas financeiras	(21.531)	(18.663)	15,4%
Juros sobre financiamentos	(14.732)	(15.253)	-3,4%
Varição monetária sobre empréstimos	(31)	(6)	416,7%
Varição monetária sobre o excedente tarifário	(6.522)	-	100%
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(228)	(3.404)	-93,3%
Receitas financeiras	728	522	39,5%
Rendimento sobre aplicações financeiras	721	455	58,5%
Juros e outras receitas financeiras	7	67	-89,6%
Resultado financeiro líquido	(20.803)	(18.141)	14,7%

Comentário do Desempenho

3. Investimentos

A Companhia continua de forma moderada com os investimentos da BR-163/MS, conforme obrigações detalhadas no PER (Programa de Exploração da Rodovia).

Obras em andamento durante o 3º Trimestre de 2021:

- Restauração do pavimento nos 845,4 km da BR-163/MS; e
- Recuperação das OAE's (Obras de Artes Especiais) dos km 307,920, km 698,412, km 742,423, km 294,650, km 481,839 e km 609,728 ao longo da rodovia BR-163/MS.

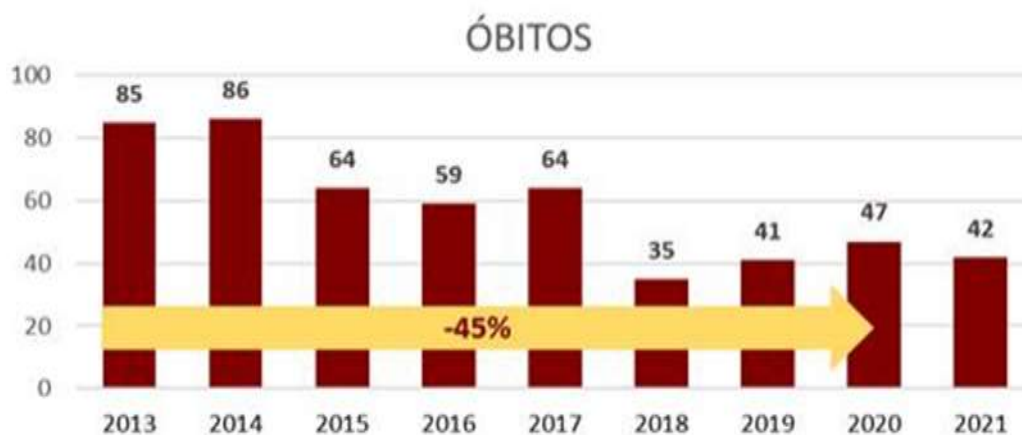
4. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

O SAU (Sistema de Atendimento ao Usuário) tem papel fundamental nas campanhas de segurança viária, pois abrange os serviços de socorro médico, socorro mecânico, combate a incêndios e apreensão de animais na faixa de domínio, serviço de 0800 e de inspeção do tráfego. Os usuários também acabam recebendo mensagens de segurança todos os dias através dos Painéis de Mensagens Variáveis (fixos e móveis), além das orientações dadas pelos arrecadadores das praças de pedágio durante o pagamento da tarifa.

Ao longo dos 7 anos, após início da operação da rodovia, foram registrados 699.708 atendimentos ao usuário por meio do serviço 0800 e 931.222 acionamentos de recursos, destacando-se:

- 595.652 (outros atendimentos) acionamentos de viaturas de inspeção de tráfego, caminhão-pipa e apreensão de animais;
- 310.024 (atendimentos mecânicos) acionamentos de inspeção de tráfego, guinchos leves e pesados;
- 25.546 (atendimentos médicos) acionamentos de ambulância/resgate.

Na BR-163/MS, a Companhia desenvolve campanhas educativas de segurança viária desde 2014, além de ações específicas em feriados prolongados, realiza a conservação, recuperação e manutenção periódica de todo o conjunto de sinalização (vertical, de solo e aérea), do pavimento com operações de tapa buraco e execução de planos, além da manutenção do canteiro central e lateral. Abaixo um demonstrativo anual dos óbitos antes e durante o período de operação da rodovia.



2021: jan-set

Comentário do Desempenho

No comparativo entre 3T20 e 3T21, houve uma redução no número de acidentes sem vítimas (-4%). Os resultados só não foram melhores em consequência direta do impacto sofrido pela pandemia da Covid-19 afetando o cumprimento de algumas ações firmadas no PRA (Programa de Redução de Acidentes), na qual inclui a monitoração de pontos mais susceptíveis a ocorrência de acidentes e propõe os planos de ação

TOTAL DE ACIDENTES	3ºT21	3ºT20	Var. %
Total acidentes	394	340	16%
Acidentes com vítimas feridas	190	129	47%
Acidentes sem vítimas	192	201	-4%
Acidentes com mortos	12	10	20%
Vítimas feridas	261	182	43%
Número de Mortos	13	12	8%

5. Considerações finais

As informações trimestrais – ITR da Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A., aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

6. Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as conclusões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda., emitido nesta data, e com as informações financeiras intermediárias relativas ao período de três a nove meses findos em 30 de setembro de 2021.

Campo Grande, 11 de novembro de 2021.

A Diretoria

Notas Explicativas

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias (ITR) findas em 30 de setembro de 2021

Os saldos apresentados em Reais nestas ITRs foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

1. Contexto operacional

A Companhia tem por objeto social específico e exclusivo, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da rodovia BR-163/MS, nos termos do Contrato de Concessão celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), em decorrência do Leilão objeto do Edital de Concessão nº 005/2013 (“Contrato de Concessão”). A sede está localizada na avenida Zilá Corrêa Machado, número 5.600, no bairro Moreninha, na cidade de Campo Grande, no estado de Mato Grosso do Sul.

Neste período findo em 30 de setembro de 2021, não ocorreram mudanças relevantes no contexto operacional, em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, exceto quanto ao abaixo descrito:

Em 10 de junho de 2021, foi assinado o Termo Aditivo nº 1 ao contrato de concessão, com o objeto de estabelecer as obrigações relativas à relicitação, para o trecho concedido da BR-163/MS, trecho entre a divisa do estado do Mato Grosso e a divisa com o Paraná.

Durante o período de vigência do Termo Aditivo, haverá diversas etapas para a efetiva conclusão da relicitação, período em que a MSVia permanecerá operando o trecho concedido e garantindo a continuidade e a segurança dos serviços essenciais aos usuários.

A vigência do Aditivo é de 24 meses contados da publicação do Decreto nº 10.647/2021.

A Companhia contratou, em favor da ANTT, Garantia de Execução do Contrato, no valor de R\$ 175.000 (a preços de maio de 2012), ajustado pelo IPCA.

Adicionalmente, a Companhia fica obrigada a: (i) prestar os serviços nas condições estabelecidas neste Termo Aditivo e em seus Anexos; (ii) observar o prazo de vigência do Termo Aditivo para fins de celebração, prorrogação, renovação e/ou aditamento de contratos com terceiros, exceto se por motivo justificado e com autorização expressa da ANTT; (iii) não distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio e não realizar operações que configurem remuneração dos acionistas, nos termos do disposto no §4º, do art. 202, da lei nº 6.404, de 15 dezembro de 1976; (iv) não reduzir seu capital social; (v) não oferecer novas garantias em favor de terceiros, exceto se por motivo justificado e com autorização expressa da ANTT; (vi) não alienar, ceder, transferir, dispor ou constituir ônus, penhor ou gravame sobre bens ou direitos vinculados ao Contrato de Concessão Originário, exceto por motivo justificado e com autorização expressa da ANTT; e (vii) não requerer falência, recuperação judicial ou extrajudicial.

1.1. Efeitos da pandemia do COVID-19

A Companhia acredita que já ultrapassou os mais expressivos impactos ocasionados pela COVID-19 e não foram identificados riscos que possam afetar a continuidade operacional de suas operações. A Companhia possui capacidade de gerenciar seu caixa de forma a fazer frente a todos seus compromissos. No entanto, devido a incerteza quanto a duração da pandemia da COVID-19, periodicamente, revisamos nossas análises para refletir eventuais mudanças no cenário econômico e impactos nas operações.

Notas Explicativas

Dentre diversas iniciativas que foram adotadas com o objetivo de preservação de caixa e liquidez, ainda está vigente:

- Acompanhamento dos cenários gerenciais de fluxos de caixa, de modo a facilitar a tomada de decisões e a antecipação de ações para evitar/atenuar impactos adversos. Até o momento não foram identificados problemas que impactariam a liquidez ou que gerariam quebra de *covenants* da Companhia.

A Companhia conta com suporte financeiro do acionista controlador final CCR S.A, para maiores detalhes vide nota explicativa nº 5.

1.2. Outras informações relevantes

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. Abaixo listamos os principais processos que tiveram andamento em 2021:

i. Redução Tarifária e Arbitragem

Em 26 de novembro de 2019, a ANTT, por meio da deliberação nº 1025/2019 (publicada no Diário Oficial em 27 de novembro de 2019) proferida no âmbito do Processo Administrativo nº 50501.313777/2018-04, determinou a redução, em 53,94%, da tarifa básica de pedágio de todas as praças compreendidas na BR-163/MS.

Em 27 de novembro de 2019, a Companhia ajuizou ação cautelar antecedente preparatória de arbitragem com pedido de liminar, buscando a suspensão da deliberação nº 1025/2019, que foi distribuída para a 22ª Vara da Justiça Federal de Brasília (proc. nº 1039786-87.2019.4.01.3400). A redução tarifária foi suspensa por meio de decisão liminar proferida pelo TRF da 1ª Região em Agravo de Instrumento. Após a constituição do Tribunal Arbitral, em 16 de julho de 2020, foi proferida sentença julgando extinto o processo sem julgamento do mérito.

No âmbito da arbitragem, após a composição do Tribunal Arbitral e celebração da Ata de Missão, foram apresentadas, pela Companhia suas alegações iniciais em 17 de agosto de 2020. Em 19 de outubro de 2020, foram apresentadas as respostas da União e ANTT às alegações iniciais.

A Companhia apresentou sua réplica em 19 de novembro de 2020. Em 21 de dezembro de 2020, a União e ANTT apresentaram tréplica. Em 8 de março de 2021, foi realizada audiência junto ao Tribunal Arbitral. Em 23 de abril de 2021, foi proferida decisão na arbitragem no sentido de manter a decisão proferida na tutela cautelar antecedente, assim como ampliar a tutela cautelar para suspender a exigibilidade das multas aplicadas pela ANTT à Companhia.

Em 27 de abril de 2021, a ANTT apresentou pedido de esclarecimentos em face dessa decisão, o qual encontra-se pendente de apreciação. Em 25 de maio de 2021, a Companhia apresentou resposta ao pedido de esclarecimento da ANTT. Em 7 de junho de 2021, o Tribunal Arbitral deferiu a produção de prova pericial e oral postulada pelas Requerentes.

Em 15 de julho de 2021, o Tribunal Arbitral negou provimento ao pedido de esclarecimento da ANTT, concedendo o prazo até o dia 30 de julho de 2021 para que as partes apresentem manifestação, especificando as provas que pretendem produzir, o que foi cumprido por ambas as Partes na arbitragem. Após manifestação por ambas as

Notas Explicativas

partes, em 04 de outubro de 2021, a MSVia apresentou manifestação requerendo o início da fase de instrução. Aguarda-se a definição, pelo Tribunal Arbitral, das provas que deverão ser produzidas.

ii. Relicitação

Em 20 de dezembro de 2019, a Companhia endereçou requerimento junto à ANTT, manifestando a intenção de aderir ao “Processo de Relicitação”, objeto da lei nº 13.448/2017, ressaltando-se que tal requerimento foi elaborado com base nos requisitos exigidos nos termos do decreto federal nº 9.957/2019, que o disciplinou.

Com este requerimento, a concessionária iniciou os trâmites que podem culminar com a devolução amigável da concessão, devendo o sistema rodoviário ser submetido a uma nova licitação (Relicitação) pelo Poder Concedente. A viabilidade técnica e jurídica do requerimento foi atestada pela ANTT por meio da Deliberação nº 337, de 21 de julho de 2020, tendo havido a manifestação favorável do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI) da Presidência da República, conforme Resolução CPPI nº 148, de 2 de dezembro de 2020, e a posterior publicação do Decreto nº 10.647, de 2021, por parte da Presidência da República. Em 10 de junho de 2021, foi celebrado o 1º Termo Aditivo ao contrato de concessão da MSVia, cuja publicação no Diário Oficial ocorreu em 14 de junho de 2021. O 1º Termo Aditivo contemplam garantias por parte da MSVia, descritos na nota explicativa 1.

Após a assinatura do aditivo contratual, espera-se que o processo de relicitação seja concluído dentro do prazo de 24 meses, conforme previsto na lei nº 13.448/2017.

Os acionistas controladores e a administração da Companhia reiteram a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis ao contrato de concessão.

As informações financeiras intermediárias não contemplam ajustes decorrentes destes processos, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável para nenhum deles.

2. Principais práticas contábeis

Neste período de três e nove meses não ocorreram mudanças nas principais políticas e práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

3. Apresentação das ITR

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstrações Intermediárias e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB). Incluem também as disposições da lei nº 6.404/1976 e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Estas ITRs devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Notas Explicativas

Em 11 de novembro de 2021, foi autorizada pela Administração da Companhia a emissão destas ITRs.

4. Determinação dos valores justos

Neste período de três e nove meses não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste período de nove meses não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 16.942 substancialmente composto por fornecedores e financiamentos, detalhados nas notas explicativas nº 12 e 14, respectivamente. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia conta com o suporte financeiro do acionista controlador final, CCR S.A.

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e bancos	14.222	11.095
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	33.061	42.957
Total - Caixa e equivalentes de caixa	<u>47.283</u>	<u>54.052</u>

Aplicações financeiras

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante		
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	-	15.920
Total - Circulante	-	15.920
Não Circulante		
Aplicações financeiras		
Conta reserva (Garantia BNDES - maiores detalhes vide nota explicativa 14)	26.036	25.474
Total - Não Circulante	<u>26.036</u>	<u>25.474</u>
Total - Aplicações financeiras	<u>26.036</u>	<u>41.394</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 100,42% do CDI, equivalente a 2,52% ao ano (95,16% do CDI, equivalente a 2,63% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas

7. Contas a receber

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante		
Receitas acessórias (a)	1.160	1.475
Pedágio eletrônico (b)	<u>20.240</u>	<u>13.892</u>
	21.400	15.367
Provisão para perda esperada - contas a receber (c)	<u>(49)</u>	<u>(84)</u>
	<u>21.351</u>	<u>15.283</u>

Idade de vencimentos dos títulos

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Créditos a vencer	21.350	15.282
Créditos vencidos até 60 dias	1	-
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	-	1
Créditos vencidos há mais de 180 dias	<u>49</u>	<u>84</u>
	<u>21.400</u>	<u>15.367</u>

- (a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) prevista no contrato de concessão;
- (b) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio; e
- (c) A provisão para perda esperada - contas a receber, reflete a perda esperada para a Companhia.

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>01/07/2021 a 30/09/2021</u>	<u>01/01/2021 a 30/09/2021</u>	<u>01/07/2020 a 30/09/2020</u>	<u>01/01/2020 a 30/09/2020</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(23.338)	(4.632)	(24.540)	(77.022)
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	7.935	1.575	8.343	26.187
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes				
Despesas indedutíveis	(1.771)	(13.961)	(836)	(844)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(124)	(205)	(160)	(246)
Impostos diferidos não constituídos (a)	<u>(5.726)</u>	<u>14.907</u>	<u>(6.720)</u>	<u>(16.921)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>314</u>	<u>2.316</u>	<u>627</u>	<u>8.176</u>
Impostos diferidos	<u>314</u>	<u>2.316</u>	<u>627</u>	<u>8.176</u>
	<u>314</u>	<u>2.316</u>	<u>627</u>	<u>8.176</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>1,35%</u>	<u>50,00%</u>	<u>2,56%</u>	<u>10,62%</u>

Notas Explicativas

- (a) Em função de não haver expectativa de lucro tributável futuro, o reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferidos foi limitado ao passivo fiscal diferido.

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	31/12/2020	Reconhecido no resultado	30/09/2021		
			Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (b)	-	638	638	638	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	124	292	416	416	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	18	(2)	16	16	-
Provisão para riscos cíveis, administrativos, trabalhistas, previdenciários e contratuais	682	196	878	878	-
Provisão de manutenção	18.805	(18.805)	-	-	-
Diferenças temporárias	-	(90.336)	(90.336)	-	(90.336)
Diferenças temporárias - lei nº 12.973/2014 (a)	(92.271)	92.271	-	-	-
Provisão para fornecedores	3	(3)	-	-	-
Estimativa de perda lei nº 13.448/1	68.356	18.149	86.505	86.505	-
Outros	106	(84)	22	22	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	(4.177)	2.316	(1.861)	88.475	(90.336)
Compensação de imposto	-	-	-	(88.475)	88.475
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(4.177)	2.316	(1.861)	-	(1.861)

	31/12/2019	Reconhecido no resultado	30/09/2020		
			Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas	12.978	7.865	20.843	20.843	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	-	8	8	8	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	-	274	274	274	-
Provisão de manutenção	17.723	(325)	17.398	17.398	-
Diferenças temporárias - lei nº 12.973/2014 (a)	(92.654)	323	(92.331)	548	(92.879)
Outros	-	31	31	31	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	(61.953)	8.176	(53.777)	39.102	(92.879)
Compensação de imposto	-	-	-	(39.102)	39.102
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(61.953)	8.176	(53.777)	-	(53.777)

- (a) Saldos de diferenças temporárias dispostas na lei nº 12.973/2014 (fim do Regime Tributário de Transição) composto principalmente por custos de empréstimos capitalizados e custo de transação.

- (b) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social em 2022.

A recuperação dos créditos tributários poderá ser realizada em prazo diferente do acima estimado, em função de reorganizações societárias e de estrutura de capital.

A Companhia não registrou o ativo fiscal diferido sobre o saldo de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e bases negativas no montante de R\$ 171.921 (R\$ 58.453 - efeito tributário em 30 de setembro de 2021) e montante de R\$ 135.194 (R\$ 45.966 - efeito tributário em 31 de dezembro de 2020), por não haver expectativa de geração de lucro tributável no futuro.

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, assim como as transações que influenciaram os resultados dos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

Notas Explicativas

	<u>Transações</u>		<u>Saldos</u>	
	<u>01/01/2021 a 30/09/2021</u>		<u>30/09/2021</u>	
	<u>Despesas / custos com serviços prestados</u>	<u>Imobilizado / Intangível</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
<u>Contas a receber</u>			<u>Fornecedores e contas a pagar</u>	
Controladora				
CCR (indireta)	3.404 (a)	-	-	355 (a)
CPC	5.583 (b)	-	-	484 (b)
Outras partes relacionadas				
Nova Dutra	-	173 (h)	-	-
AutoBan	-	-	1 (e)	-
Instituto CCR	206 (c)	-	-	-
Total	<u>9.193</u>	<u>173</u>	<u>1</u>	<u>839</u>

	<u>Transações</u>		<u>Transações</u>	
	<u>01/07/2021 a 30/09/2021</u>		<u>01/07/2020 a 30/09/2020</u>	
	<u>Despesas / custos com serviços prestados</u>	<u>Imobilizado / Intangível</u>	<u>Despesas / custos com serviços prestados</u>	
<u>Imobilizado / Intangível</u>				
Controladora				
CCR (indireta)	2.271 (a)	-	960 (a)	-
CPC	4.034 (b)	-	1.641 (b)	817 (f)
Outras partes relacionadas				
SPVias	-	-	-	615 (d)
Instituto CCR	206 (c)	-	-	-
Intercement Brasil S.A	-	-	-	45 (g)
Total	<u>6.511</u>	<u>-</u>	<u>2.601</u>	<u>1.477</u>

	<u>Transações</u>		<u>Saldos</u>	
	<u>01/01/2020 a 30/09/2020</u>		<u>31/12/2020</u>	
	<u>Despesas / custos com serviços prestados</u>	<u>Imobilizado / Intangível</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
<u>Contas a Receber</u>			<u>Fornecedores e contas a pagar</u>	
Controladora				
CCR (indireta)	2.879 (a)	-	-	300 (a)
CPC	4.764 (b)	985 (f)	-	561 (b)
Outras partes relacionadas				
SPVias	-	615 (d)	-	-
ViaRio	-	-	-	2 (e)
ViaSul	-	-	13 (e)	15 (e)
ViaCosteira	-	-	10 (e)	27 (e)
Intercement Brasil S.A	-	45 (g)	-	-
Total	<u>7.643</u>	<u>1.645</u>	<u>23</u>	<u>905</u>

Notas Explicativas**Despesas com profissionais chaves da administração**

	<u>01/07/2021 a</u> <u>30/09/2021</u>	<u>01/01/2021 a</u> <u>30/09/2021</u>	<u>01/07/2020 a</u> <u>30/09/2020</u>	<u>01/01/2020 a</u> <u>30/09/2020</u>
Remuneração: (i)				
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	197	639	316	726
Outros benefícios:				
Provisão de participação no resultado				
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	131	392	87	260
Reversão de PPR do ano anterior pago no ano	-	(26)	-	(458)
Previdência privada	13	31	8	24
Seguro de vida	1	2	1	2
	<u>342</u>	<u>1.038</u>	<u>412</u>	<u>554</u>

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Remuneração dos administradores (i)	462	180

Na Assembleia Geral Ordinária Extraordinária (AGOE) realizada em 5 de abril de 2021, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 1.700, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR - Divisão Actua, cujo vencimento se dá no mês seguinte ao do faturamento;
- (b) Contrato de prestação exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujo valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- (c) Doação para auxiliar o custeio das atividades e projetos sociais a serem desenvolvidos pelo Instituto CCR;
- (d) Refere-se a compra Intercompany de guinchos leves da SPVias;
- (e) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores, cujo vencimento se dá no mês subsequente a emissão do documento;
- (f) Contrato de prestação de serviços de planejamento e elaboração de projetos de restauração e manutenção de pavimentos, com vencimento em 31 de janeiro de 2021, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- (g) Contrato de fornecimento de cimento para pavimentação de concreto na BR-163/MS, sendo os valores unitários reajustados anualmente pelo IGP-M. Os pagamentos relativos a este contrato ocorrem em até 15 dias após a recepção da fatura emitida pelo fornecedor;
- (h) Venda de veículos para Nova Dutra; e
- (i) Contempla o valor de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

Notas Explicativas

10. Ativo Imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	31/12/2020		30/09/2021			
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (c)	Saldo final
		Valor de custo					
Móveis e utensílios		1.588	-	(17)	9	-	1.580
Máquinas e equipamentos		82.207	-	(1.982)	222	(219)	80.228
Veículos		24.669	-	(1.230)	509	-	23.948
Instalações e edificações		296	-	-	-	-	296
Terrenos		828	-	-	(828)	-	-
Equipamentos operacionais		53.777	-	(6)	42	-	53.813
Imobilizações em andamento		302	5.052	(4)	(788)	(4.562) (d)	-
Total custo		163.667	5.052	(3.239)	(834)	(4.781)	159.865
Valor de depreciação							
Móveis e utensílios	10	(835)	(108)	13	-	-	(930)
Máquinas e equipamentos	11	(44.739)	(8.204)	758	-	-	(52.185)
Veículos	24	(19.015)	(1.712)	1.196	-	-	(19.531)
Instalações e edificações	(b)	(296)	-	-	-	-	(296)
Equipamentos operacionais	11	(26.377)	(4.492)	4	-	-	(30.865)
Total depreciação		(91.262)	(14.516)	1.971	-	-	(103.807)
Total geral		72.405	(9.464)	(1.268)	(834)	(4.781)	56.058

	Taxa média anual de depreciação %	31/12/2019		31/12/2020			
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (c)	Saldo final
		Valor de custo					
Móveis e utensílios		1.589	-	(21)	20	-	1.588
Máquinas e equipamentos		81.393	-	(60)	874	-	82.207
Veículos		23.727	-	(1.712)	2.654	-	24.669
Instalações e edificações		296	-	-	-	-	296
Terrenos		828	-	-	-	-	828
Equipamentos operacionais		53.821	-	(2)	113	(155)	53.777
Imobilizações em andamento		2.419	1.650	-	(3.767)	-	302
Total custo		164.073	1.650	(1.795)	(106)	(155)	163.667
Valor de depreciação							
Móveis e utensílios	10	(697)	(148)	14	(4)	-	(835)
Máquinas e equipamentos	14	(33.204)	(11.576)	41	-	-	(44.739)
Veículos	25	(18.592)	(2.135)	1.712	-	-	(19.015)
Instalações e edificações	(b)	(296)	-	-	-	-	(296)
Equipamentos operacionais	11	(20.300)	(6.078)	1	-	-	(26.377)
Total depreciação		(73.089)	(19.937)	1.768	(4)	-	(91.262)
Total geral		90.984	(18.287)	(27)	(110)	(155)	72.405

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível;
(b) Ativo 100% depreciado;
(c) Reclassificações do ativo imobilizado para o resultado; e
(d) Do montante de R\$ 4.781, R\$ 4.562 refere-se a estimativa de perda, lei nº 13.448/2017 e R\$ 219 a cauções.

11. Intangível

	Taxa média anual de amortização %	31/12/2020		30/09/2021		
		Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Outros (c)	Saldo final
		Valor de custo				
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		1.460.587	-	179.544	(29.690)	1.610.441
Direitos de uso de sistemas informatizados		12.695	-	9	(1)	12.703
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		123	108	(3)	-	228
Total custo		1.473.405	108	179.550	(29.691)	1.623.372
Valor de amortização						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(b)	(104.099)	(25.969)	-	-	(130.068)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(9.191)	(1.152)	-	-	(10.343)
Total amortização		(113.290)	(27.121)	-	-	(140.411)
Total intangível		1.360.115	(27.013)	179.550	(29.691)	1.482.961
Intangível em construção		173.892	7.115	(178.716)	(77)	2.214
Total geral		1.534.007	(19.898)	834	(29.768)	1.485.175

Notas Explicativas

	Taxa média anual de amortização %	31/12/2019		31/12/2020		
		Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Outros (c)	Saldo final
Valor de custo						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		1.746.657	-	15.287	(301.357)	1.460.587
Direitos de uso de sistemas informatizados		12.026	-	669	-	12.695
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		429	257	(563)	-	123
Total custo		1.759.112	257	15.393	(301.357)	1.473.405
Valor de amortização						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(b)	(71.461)	(32.642)	4	-	(104.099)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(6.909)	(2.282)	-	-	(9.171)
Total amortização		(78.370)	(34.924)	4	-	(113.290)
Total intangível		1.680.742	(34.667)	15.397	(301.357)	1.360.115
Intangível em construção		151.500	37.994	(15.287)	(315)	173.892

- (a) Reclassificação do ativo imobilizado para o intangível;
- (b) Amortização pela curva de benefício econômico;
- (c) O montante de R\$ 29.768 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, refere-se: (i) R\$ 35.126 de estimativa de perda, lei nº 13.448/2017 (R\$ 301.292 para o exercício de 2020); (ii) R\$ 64.812 referente a redução do encontro de contas do excedente tarifário com a estimativa de perda; (iii) R\$ 78 refere-se a desapropriações; (iv) R\$ 1, a Imposto de Renda Retido na Fonte a recuperar, e (vi) R\$ 3 refere-se a cauções. Em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$ 65, refere-se a reclassificações do ativo intangível para o resultado.

Aplicou-se a análise de recuperabilidade por valor justo, utilizando a abordagem de custo (normalmente referido como custo de substituição ou reposição), a qual inclui a avaliação de indenizações a serem recebidas do Poder Concedente em caso de relicitação do contrato de concessão. Tal cenário é compreendido como o mais adequado para análise de recuperação de seus ativos, tendo em vista o estágio avançado do processo de devolução amigável sob o regime da lei nº 13.448/2017, conforme Resolução nº 5.860 de 2019 e Decreto nº 9.957 de 2019. Neste sentido, foi complementada a provisão para perda de recuperabilidade no montante de R\$ 30.564 para o período em 30 de setembro de 2021, totalizando a provisão em R\$ 270.728 (R\$ 301.292 em 31 de dezembro de 2020).

12. Fornecedores

	30/09/2021	31/12/2020
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais	23.908	22.237
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros	-	25
	23.908	22.262

Refere-se principalmente a valores por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.

Notas Explicativas

13. Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante		
INSS sobre folha de pagamento	633	538
IRRF de empregados	155	182
FGTS	148	187
Sesi/Senai	98	81
Salários a pagar	1.430	659
Gratificações e participações a pagar	2.472	1.477
Provisão para férias	2.260	2.457
Provisão para 13º salário	1.137	-
Encargos sociais e trabalhistas	1.123	882
Outras obrigações trabalhistas	36	50
	<u>9.492</u>	<u>6.513</u>
Não circulante		
Gratificações e participações a pagar	<u>1</u>	<u>49</u>
	<u>1</u>	<u>49</u>

14. Financiamentos

Instituições financeiras	Taxas contratuais (% a.a.)	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.) (a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar 30/09/2021	Vencimento final	30/09/2021	31/12/2020
Em moeda nacional							
BNDES - FINEM I	TJLP + 2,00% a.a.	2,2338%	17.013	10.695	Março de 2039	649.664	677.122 (b) (c) (d)
Caixa Econômica Federal	TJLP + 2,00% a.a.	2,1918%	2.598	1.684	Março de 2039	123.897	129.148 (b) (c) (d)
Caixa Econômica Federal	TJLP + 2,00% a.a.	2,4844%	2.671	1.742	Março de 2039	50.565	52.668 (b) (c) (d)
Total geral				<u>14.121</u>		<u>824.126</u>	<u>858.938</u>
Circulante							
Financiamentos						50.090	50.226
Custos de transação						<u>(1.476)</u>	<u>(1.525)</u>
						<u>48.614</u>	<u>48.701</u>
Não Circulante							
Financiamentos						788.157	823.988
Custos de transação						<u>(12.645)</u>	<u>(13.751)</u>
						<u>775.512</u>	<u>810.237</u>

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada.

Garantias:

- (b) 100% aval/ fiança corporativa da Controladora indireta CCR S.A.
 (c) Garantia real.
 (d) Cessão de contas bancárias, indenizações e recebíveis.

Notas Explicativas

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>30/09/2021</u>
2022	11.941
2023	47.767
2024	47.767
2025 em diante	680.682
(-) Custos de transação	<u>(12.645)</u>
	<u><u>775.512</u></u>

A Controladora CCR S.A., obriga-se a manter índice Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 4,5, apurado anualmente, com data base em 31 de dezembro, com base nas demonstrações financeiras da controladora CCR S.A.. Em relação à Companhia, esta, deverá apresentar ICSD igual ou superior a 1,2, Índice de Cobertura “Manutenção” sobre o Serviço da Dívida (inclui a realização da provisão de manutenção) igual ou superior a 1 e apresentação do índice PL/Ativo maior ou igual a 0,2. O resgate antecipado é permitido mediante aprovação do BNDES.

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

Não existem cláusulas de repactuação. Neste período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, não ocorreu nenhuma operação.

Neste período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, ocorreu pagamento de principal no valor de R\$ 35.826 e pagamento de juros no valor de R\$ 41.786 conforme as cláusulas do contrato. Não ocorreram novas captações de financiamentos. Para maiores detalhes sobre os demais financiamentos, vide nota explicativa nº 15 das demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020.

Conforme cláusula quarta do contrato firmado com BNDES, a partir de 16 de janeiro de 2019, a Companhia deve efetuar depósitos em conta reserva, na qual permanecerão bloqueados durante todo o prazo do contrato de financiamento. Em 30 de setembro de 2021, o saldo aplicado totaliza R\$ 26.036.

15. Provisão para riscos cíveis, administrativos, trabalhistas, previdenciários e contratuais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas, previdenciárias, cíveis, administrativos e contratuais.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	<u>31/12/2020</u>	<u>30/09/2021</u>				
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização de bases processuais e monetária</u>	<u>Saldo final</u>
Não circulante						
Cíveis e administrativos	905	1.371	(357)	(1.430)	20	509
Trabalhistas e previdenciários	2.149	835	(178)	(706)	140	2.240
Contratuais (a)	132.980	26.767	(1.208)	-	15.176	173.715
	<u>136.034</u>	<u>28.973</u>	<u>(1.743)</u>	<u>(2.136)</u>	<u>15.336</u>	<u>176.464</u>

Notas Explicativas

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis, administrativos, trabalhistas, previdenciários e contratuais, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Cíveis e administrativos	2.418	2.226
Trabalhistas e previdenciários	251	397
Contratuais (a)	<u>226.309</u>	<u>235.631</u>
	<u>228.978</u>	<u>238.254</u>

- (a) Com relação aos processos contratuais, a ANTT lavrou até 30 de setembro de 2021, 108 autos de infração contra a Companhia, relativos a aspectos operacionais e obrigações de investimentos previstos no contrato de concessão, os quais totalizam R\$ 400.024, dos quais o valor de R\$ 226.309 (R\$ 235.631 em 31 de dezembro de 2020) são avaliados como sendo de risco possível e R\$ 173.715 como risco provável (R\$ 132.980 em 31 de dezembro de 2020) e, portanto, foram provisionados. Em 22 de abril de 2021, foi proferida decisão nos autos do Processo de Arbitragem nº 24.957/GSS/PFF decretando a suspensão da exigibilidade das referidas multas.

16. Provisão de manutenção

	<u>31/12/2020</u>	<u>30/09/2021</u>			
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Reversão da provisão a valor presente</u>	<u>Reversão do ajuste a valor presente</u>	<u>Realização</u>	<u>Saldo final</u>
Circulante	57.572	(58.041)	1.470	(1.001)	-
Não circulante	26.585	(27.319)	734	-	-
	<u>84.157</u>	<u>(85.360)</u>	<u>2.204</u>	<u>(1.001)</u>	<u>-</u>

As taxas anuais de 2021 e 2020, para o cálculo do valor presente, são de 6,49% a.a.

Em junho de 2021 foi efetuada a reversão da provisão de manutenção, devido a não expectativa de realização após a assinatura do 1º Termo Aditivo do Contrato de Concessão.

17. Obrigações parceladas

	<u>31/12/2020</u>	<u>30/09/2021</u>			
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Transferência</u>	<u>Saldo final</u>
Circulante					
Multa com o poder concedente	<u>965</u>	<u>33</u>	<u>(735)</u>	<u>725</u>	<u>988</u>
Não circulante					
Multa com o poder concedente	<u>2.130</u>	<u>36</u>	<u>-</u>	<u>(725)</u>	<u>1.441</u>

Notas Explicativas

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>30/09/2021</u>
2022	206
2023	494
2024	494
2025	247
	<u>1.441</u>

18. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 30 de setembro de 2021, o capital social da Companhia é de R\$ 916.000, composta por 916.000.000 ações, todas nominativas e sem valor nominal.

b. Prejuízo básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	<u>01/07/2021 a 30/09/2021</u>	<u>01/01/2021 a 30/09/2021</u>	<u>01/07/2020 a 30/09/2020</u>	<u>01/01/2020 a 30/09/2020</u>
Numerador				
Prejuízo líquido	(23.024)	(2.316)	(23.913)	(68.846)
Denominador				
Média ponderada de ações (em milhares)	916.000	916.000	916.000	916.000
Prejuízo por ação - básico e diluído	(0,02514)	(0,00253)	(0,02611)	(0,07516)

19. Receitas operacionais

	<u>01/07/2021 a 30/09/2021</u>	<u>01/01/2021 a 30/09/2021</u>	<u>01/07/2020 a 30/09/2020</u>	<u>01/01/2020 a 30/09/2020</u>
Receitas de pedágio	97.257	247.337	81.387	214.619
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	1.897	7.115	9.612	24.693
Receitas acessórias	1.950	5.825	1.892	5.614
Receita bruta	<u>101.104</u>	<u>260.277</u>	<u>92.891</u>	<u>244.926</u>
Impostos sobre receitas	(6.727)	(19.746)	(7.206)	(19.059)
Devoluções e abatimentos	(15)	(47)	(14)	(42)
Desconto excedente tarifário (a)	(50.558)	(58.290)	-	-
Deduções das receitas brutas	<u>(57.300)</u>	<u>(78.083)</u>	<u>(7.220)</u>	<u>(19.101)</u>
Receita operacional líquida	<u>43.804</u>	<u>182.194</u>	<u>85.671</u>	<u>225.825</u>

(a) Para maiores detalhes vide nota explicativa 11c.

Notas Explicativas

20. Resultado financeiro

	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020
Despesas Financeiras				
Juros sobre financiamentos	(14.732)	(42.800)	(15.253)	(45.537)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	-	(2.204)	(3.096)	(8.453)
Juros sobre obrigações parceladas	(31)	(69)	(6)	(25)
Varição monetária sobre o excedente tarifário (a)	(6.522)	(6.522)	-	-
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(246)	(678)	(255)	(287)
Varição cambial sobre fornecedores estrangeiros	-	-	(53)	-
	<u>(21.531)</u>	<u>(52.273)</u>	<u>(18.663)</u>	<u>(54.302)</u>
Receitas Financeiras				
Rendimento sobre aplicações financeiras	721	1.559	455	1.606
Varição cambial sobre fornecedores estrangeiros	-	2	53	53
Juros e outras receitas financeiras	7	28	14	271
	<u>728</u>	<u>1.589</u>	<u>522</u>	<u>1.930</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(20.803)</u>	<u>(50.684)</u>	<u>(18.141)</u>	<u>(52.372)</u>

(a) Para maiores detalhes vide nota explicativa 11c.

21. Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas informações financeiras intermediárias, conforme os quadros a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	30/09/2021			31/12/2020		
	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos						
Caixa e bancos	14.222	-	-	11.095	-	-
Aplicações financeiras	33.061	-	-	58.877	-	-
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	26.036	-	-	25.474	-	-
Contas a receber	-	21.351	-	-	15.283	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	1	-	-	23	-
Passivos						
Financiamentos em moeda nacional (a)	-	-	(824.126)	-	-	(858.938)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(25.595)	-	-	(22.697)
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(839)	-	-	(905)
Obrigações com o poder concedente	-	-	(975)	-	-	(908)
	<u>73.319</u>	<u>21.352</u>	<u>(851.535)</u>	<u>95.446</u>	<u>15.306</u>	<u>(883.448)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e bancos, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas - conta reserva** – Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das informações financeiras intermediárias, que corresponde ao seu valor justo (nível 2). As aplicações financeiras em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.

Notas Explicativas

- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Financiamentos em moeda nacional e obrigações com o poder concedente** - Consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos, por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas.

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Nível 2:		
Aplicações financeiras	59.097	84.351

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às taxas de juros.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de financiamentos e aplicações financeiras, com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 30 de setembro de 2022 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Notas Explicativas

Operação	Risco	Vencimento	Exposição em R\$ ⁽⁶⁾⁽⁷⁾	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
BNDES	TJLP ⁽²⁾	Março de 2039	660.362	(49.035)	(57.949)	(66.864)
CEF (REPASSE BNDES)	TJLP ⁽²⁾	Março de 2039	52.307	(3.884)	(4.590)	(5.296)
CEF (FINISA)	TJLP ⁽²⁾	Março de 2039	125.581	(9.325)	(11.020)	(12.716)
Auto de infração parcelado - Poder Concedente	Selic ⁽⁴⁾		2.428	(149)	(187)	(224)
Aplicação financeira (Menkar II) ⁽⁵⁾	CDI ⁽³⁾		33.061	2.000	2.500	2.999
Aplicação financeira (Itaú Soberano)	CDI ⁽³⁾		26.036	1.537	1.921	2.305
Total do efeito de ganho ou (perda)				(58.856)	(69.325)	(79.796)
Efeito sobre os financiamentos				(62.244)	(73.559)	(84.876)
Efeito sobre as obrigações parceladas				(149)	(187)	(224)
Efeito sobre as aplicações financeiras				3.537	4.421	5.304
Total do efeito de ganho / (perda)				(58.856)	(69.325)	(79.796)
As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾ :						
	TJLP ⁽²⁾			5,31%	6,65%	7,97%
	CDI ⁽³⁾			6,15%	7,68%	9,22%
	Selic ⁽⁴⁾			6,15%	7,68%	9,22%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo.

Nos itens (2) e (4) estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 30/09/2021, divulgada pela BNDES;
- (3) Refere-se à taxa de 30/09/2021, divulgada pela B3;
- (4) Refere-se à taxa de 30/09/2021, divulgada pelo Banco Central do Brasil;
- (5) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixada;
- (6) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação, IRRF e também não consideram os saldos de juros em 30/09/2021, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (7) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI, TJLP e Selic).

22. Compromissos vinculados a contratos de concessão

Além dos pagamentos de verba de fiscalização ao Poder Concedente, a Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo de concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário:

	30/09/2021	31/12/2020
Compromisso de investimento	24.578	175.219

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

O valor dos compromissos de investimentos futuros contemplam o previsto no Termo Aditivo nº 1.

Notas Explicativas**23. Demonstrações dos fluxos de caixa**

- a. Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no período findo em 30 de setembro de 2021. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas dos fluxos de caixa abaixo:

	<u>30/09/2021</u>
Fornecedores	(222)
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u>(222)</u>
Outros de imobilizado e intangível	222
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	<u>222</u>

- b. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

c. Reconciliação das atividades de financiamento

	<u>Financiamento</u>	<u>Total</u>
Saldo Inicial	(858.938)	(858.938)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento		
Pagamentos de principal e juros	77.612	77.612
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	77.612	77.612
Outras variações		
Despesas com juros	(42.800)	(42.800)
Total das outras variações	(42.800)	(42.800)
Saldo Final	<u>(824.126)</u>	<u>(824.126)</u>

Notas Explicativas

Composição do Conselho de Administração

Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Presidente
Pedro Paulo Archer Sutter	Conselheiro
Roberto Penna Chaves Neto	Conselheiro

Composição da Diretoria

Heitor de Souza Pires	Diretor Presidente e DRI
Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Diretor
Guilherme Motta Gomes	Diretor

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0"S"MS

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e aos Administradores da
Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

Campo Grande - MS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021, as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Chamamos a atenção para nota explicativa nº1.2, subitem i e ii, às informações contábeis intermediárias, que descreve que após não ter obtido sucesso nas tratativas com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para a revisão das condições do contrato de concessão, a Companhia ingressou em maio de 2018 com demanda judicial requerendo que seja, preliminarmente, autorizada a suspensão de suas obrigações contratuais de investimentos, que nenhuma penalidade seja imputada à Companhia pela ANTT e, que a ANTT seja condenada a revisar o Contrato de Concessão, ou na inadmissibilidade de tal revisão, que o contrato seja rescindido. A ação judicial está consubstanciada no entendimento da Administração de que houve modificação substancial das bases da contratação, que impedem a Companhia a dar a continuidade nos serviços nos moldes originalmente contratados. Até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável. Em 20 de dezembro de 2019, a Companhia endereçou requerimento junto à ANTT, manifestando a intenção de aderir ao processo de relicitação, previsto pela Lei 13.448/17. Em 10 de junho de 2021, foi celebrado o 1º Termo Aditivo ao contrato de concessão e espera-se que o processo de relicitação seja concluído dentro do prazo de 24 meses, conforme previsto na lei nº 13.448/2017. Nossa opinião não está ressalvada em relação esse assunto.

Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 11 de novembro de 2021

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Wagner Bottino
Contador CRC 1SP196907/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes (“KPMG”) sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2021.

Campo Grande/MS, 11 de novembro de 2021.

HEITOR DE SOUZA PIRES
DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO
DIRETOR

GUILHERME MOTTA GOMES
DIRETOR

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes (“KPMG”) sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2021.

Campo Grande/MS, 11 de novembro de 2021.

HEITOR DE SOUZA PIRES
DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO
DIRETOR

GUILHERME MOTTA GOMES
DIRETOR